



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DE CRATEÚS – CE E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A AÇÃO DOCENTE

Tatiane de Paula Castro, Universidade do Cariri (URCA), Brasil, tatiane.castro@urca.br;
Cicero Magerbio Gomes Torres, Universidade Regional do Cariri (URCA), Brasil,
cicero.torres@urca.br

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar a percepção dos professores sobre a flexibilização curricular, considerando para isso a proposição dos itinerários formativos, as possíveis mudanças estabelecidas por este e suas implicações na ação docente. Para isso utilizou-se da pesquisa qualitativa, exploratória, (auto)biográfica, realizada com três professores de uma escola de Ensino Médio de Tempo Integral (EEMTI) na cidade de Crateús – CE. Os dados foram coletados a partir da entrevista narrativa e analisados a partir da Análise Textual Discursiva (ATD). Os resultados apontam que as novidades referentes a flexibilização curricular traduzem preocupações por parte dos professores quanto a inserção dos estudantes no ensino superior e a necessidade de adequação dos professores as novas práticas de ensino. Conclui-se que as preocupações evidenciadas pelos professores, em relação a flexibilização através dos itinerários formativos e a descontinuidade do processo provocam implicações na reestruturação da ação docente reverberando com isso na sala de aula.

Palavras-chave: Currículo; Flexibilização curricular; Narrativas docentes.

INTRODUÇÃO

Vivenciamos no atual contexto da história da educação brasileira a Reforma do Ensino Médio situada dentro de um campo de disputa política, econômica e ideológica. Neste processo os professores tendo sido desafiados a adequarem suas práticas docentes ao contexto de instabilidade, ao tempo que acompanha as proposições, ajustes, mudanças e definições das estruturas legislativa e executiva do Brasil.

Este cenário, marcado pela Lei N.º 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei N.º 9.394/1996, passa a estabelecer um conjunto de mudanças para a estrutura do ensino médio, sob o discurso da flexibilidade e inovação contemplando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e a destinação de 1.800 horas para a Formação Geral Básica (FGB), e demais horas para os itinerários formativos, sob possibilidades de “escolhas aos estudantes”.

Face a problemática posta, e considerando o desenvolvimento da pesquisa de mestrado em andamento intitulada “A Reforma do Ensino Médio no contexto de uma escola pública estadual de Crateús – CE: concepções, tensões e possibilidades a partir das narrativas docentes”, junto ao Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri



XXII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO (URCA) apresenta a seguinte questão de pesquisa: qual a percepção dos professores sobre a flexibilização curricular, considerando para isso a proposição dos itinerários formativos, as possíveis mudanças estabelecidas por estes e suas implicações para a ação docente?

A questão apresentada considera as dificuldades vivenciadas pelos professores do Ensino Médio em suas salas de aula, espaço central do trabalho docente, uma vez que a reforma tem promovido o esvaziamento e a precarização do ensino público (Zantta *et al.*, 2019). Sendo assim, delineou-se como objetivo analisar a percepção dos professores sobre a flexibilização curricular, considerando para isso a proposição dos itinerários formativos, as possíveis mudanças estabelecidas por este e suas implicações na ação docente.

Diante do exposto, espera-se que os dados aqui apresentados, e os da pesquisa de mestrado em andamento, possam contribuir para a mobilizar de ações reflexivas e democráticas para um ensino médio emancipatório que contribua para a transformação e autonomia dos alunos e professores.

REFERENCIAL TEÓRICO

A palavra de ordem da Reforma do Ensino Médio é flexibilização, termo este que, no contexto da Lei N.º 13.415 de 2017 apresenta-se como inerente ao tempo escolar, a organização e conteúdo curricular, ao oferecimento do serviço educativo a profissão docente e a responsabilidade da União e dos Estados, por meio parcerias. De acordo com Krawczyk; Ferretti (2017, p. 36), o termo:

é muito tentador porque remete, na fantasia das pessoas, à autonomia, livre escolha, espaço de criatividade e inovação. Mas flexibilização pode ser também desregulamentação, precarização, instabilidade da proteção contra a concentração da riqueza material e de conhecimento, permitindo a exacerbação dos processos de exclusão e desigualdade social [...]. Estamos mais uma vez frente a uma equação economicista para pensar a educação, com análises reducionistas e propostas imediatistas. (Krawczyk; Ferretti, 2017, p. 36).

Neste sentido, os itinerários formativos ao ser concebidos como roteiro de estudos em um plano de formação continuada e como percursos formativos que os estudantes podem cursar no interior de processos regulares de ensino (DCN para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, 2010; Resolução CNE/CEB N.º 2 de 2012; Resolução CNE/CEB N.º 3 de 2018), parece querer controlar o futuro dos jovens, instando-os a definir seus projetos de vida tanto no que diz respeito ao estudo e ao trabalho como também no que concerne às escolhas de estilos de vida saudáveis, sustentáveis e éticos (Lopes, 2019).

METODOLOGIA

A pesquisa está pautada na abordagem qualitativa, exploratória, (auto)biográfica. Adotamos a pesquisa qualitativa por entender que esta, busca compreender os fenômenos através da subjetividade dos dados. Quanto a pesquisa (auto)biográfica, colocamos em relevo as experiências dos participantes, a partir de suas narrativas, uma vez que para Delory- Momberger, (2021):

A narrativa não é apenas o meio pelo qual se diz e se comunica a experiência, mas é também o lugar onde a experiência se forma e onde ela pode ser conhecida. Nenhum sistema filosófico, [...] é capaz de substituir a narrativa quando se trata de expressar a experiência, de compartilhar o sensível da vivência, de dar conta do agir, pensar e sentir humanos. (Delory - Momberger, 2021, p. 2).

O lócus da pesquisa é o município de Crateús, situado no sudoeste do Estado do Ceará. Neste elegeram-se a primeira escola de Ensino Médio de Tempo Integral (EEMTI) a funcionar na jurisdição da Crede 13¹. Os dados coletados a partir da entrevista narrativa foram analisados a partir da Análise Textual Discursiva (ATD), o que instituiu um processo (auto) organizado a partir da “unitarização do *corpus*”, “categorização” e “comunicação ou metatexto” (Moraes, 2020). Ressalta-se o atendimento a Resolução N.º 510/2016 do sistema CEP/CONEP quanto aos princípios de confidencialidade, manutenção do sigilo das informações, e da privacidade dos participantes durante todas as fases da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados apresentados referem-se a participação de três professores que foram entrevistados para a pesquisa de mestrado citada anteriormente. Os participantes estão identificados como sendo P1, P2 e P3. No quadro 1, apresentamos a sistematização do processo de categorização definido pela ATD.

Quadro 1- Composição da Categoria

UNIDADES DE SENTIDO	CATEGORIA INICIAL	CATEGORIA FINAL
Descontinuidade; Reduccionismo Curricular; Evolução na educação;	Flexibilização Curricular	Flexibilização curricular, a proposição dos itinerários formativos, e possíveis mudanças estabelecidas por
Currículo escolar incompatível com o modelo das avaliações e exames externos;	Enem/Avaliações Externas	

¹ As Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (Crede's) são divididas em 20 Coordenadorias e são responsáveis pelas escolas estaduais de todo o Ceará. A regional 13 é composta por 11 municípios: Crateús, Novo Oriente, Independência, Tamboril, Catunda, Monsenhor Tabosa, Ipueriras, Nova Russas, Poranga, Ararendá e Ipaoranga.

Redução das Disciplinas da Formação Geral Como por exemplo, química, biologia, história, sociologia, filosofia;	Redução de Carga Horária	esta e suas implicações na ação docente
Sobrecarga de trabalho; Poucas orientações; Preocupações/Saúde mental	Adaptação de Metodologias	

Fonte: elaboração dos/as autores, 2024.

A análise da categoria final, nos faz perceber que as novidades referentes a flexibilização curricular traduzem uma preocupação por parte dos professores quanto a inserção dos estudantes no ensino superior e a necessidade dos professores se adequarem as novas práticas “técnicas” de ensino. As evidências desta análise podem ser vistas nos relatos abaixo.

A gente vê como algo preocupante essa flexibilização do novo ensino médio e principalmente para os alunos porque eles vão está encarando o Enem, diversos vestibulares, então eles precisam de uma bagagem curricular bem abrangente, [...] e quando se tira determinados conhecimentos e acrescentam conhecimentos técnicos, o aluno tende a ter menos criticidade, então [...], a gente vê como uma forma preocupante ao mesmo tempo que precisamos está desenvolvendo novas técnicas de repasse de conteúdo. (P1).

Essa flexibilização trouxe muitas novidades, mas nem sempre as novidades são algo positivo, então a gente tenta se adequar ao máximo. A escola realmente dar uma abertura para que os professores tentem desenvolver da melhor forma possível [...]. A gente sempre tem uma certa resistência ao novo, mas quando a gente vê que é algo bom e que dar consistência acabamos percebendo os pontos positivos. O quê que faltou na implementação da flexibilização foi a continuidade, cada ano vem uma coisa diferente. (P2).

A gente perdeu muito da base comum [...] e as perdas foram para os itinerários formativos, e aí deixou de ter as aulas que nós tínhamos, algumas disciplinas perderam duas aulas, outras perderam uma, disciplina que era três aulas ficou uma, disciplina que era seis aulas ficou quatro ou três, e aí complicou bastante pelo fato que hoje, esse ano está encerrando a implementação do NEM e o ENEM ele não mudou, então a preocupação maior foi essa. (P3).

As preocupações expressas, implicam na exclusão de conhecimentos que os professores consideram fundamentais para a formação humana, perda de criticidade, falta de continuidade das ações, e redução de carga horária, o que exige novas ações metodológicas dos docentes. Neste sentido, Arroyo (2014, p.54) afirma que:

O currículo está aí com sua rigidez, se impondo sobre nossa criatividade. Os conteúdos, as avaliações, o ordenamento dos conhecimentos em disciplinas, níveis, sequências caem sobre os docentes e gestões como um peso. Como algo inevitável, indiscutível. Como algo sagrado. Como está posta a relação



Dessa forma percebe-se um distanciamento entre o que está expressamente publicado nas legislações com o processo de flexibilização curricular efetivado na prática da ação docente, o que provoca uma “pressão” na ação dos professores na busca por ter que se reinventarem cotidianamente na sua ação docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados da pesquisa, nos faz concluir que as preocupações evidenciadas pelos professores, quanto a flexibilização através dos itinerários formativos e a descontinuidade do processo provoca implicações na reestruturação da ação docente face a um processo sem diálogo com as escolas. Ratifica-se com isso que os desafios apontados pelos professores afetam a atuação deles no cotidiano da escola, especialmente na sala de aula.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel, G. *Currículo, território em disputa*. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. *Resolução CNE/CEB nº 3*, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: MEC, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Referenciais Curriculares para elaboração dos itinerários formativos*. Brasília, DF: MEC, 2018.
- BRASIL. *Lei N.º 13.415*, de 16 de fevereiro de 2017. Diário Oficial da União - Seção 1 - 17/2/2017, Página 1 (Publicação Original)
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução Nº 510*, de 07 de abril de 2016.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. *Resolução CNE/CEB nº 2*, de 30 de janeiro de 2012. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: MEC, 31 de janeiro de 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio em debate*. Brasília, DF: MEC, 2010.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB*. 9394/1996.
- DELORY-MOMBERGER, C. .; KONDRATIUK , C. A Narrativa como Experiência e como Saber. *Revista Internacional Educon, [S. l.]*, v. 2, n. 3, p. e21023005, 2021.
- KRAWCZYK, Nora & FERRETTI, Celso João. Flexibilizar para quê? Meias verdades da “reforma”. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 11, n. 20, p. 33-44, jan./jun. 2017.
- LOPES, A. C. Itinerários formativos na BNCC do Ensino Médio: identificações docentes e projeto de vida juvenis. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 59-75, jan./mai. 2019. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>.
- MORAES, Roque. Avalanches reconstrutivas: movimentos dialéticos e hermenêuticos de transformação no envolvimento com a análise textual discursiva. *Revista Pesquisa Qualitativa, [S. l.]*, v. 8, n. 19, p. 595–609, 2020. DOI: 10.33361/RPQ. 2020. v.8. n.19.372.
- ZANATTA, S. C.; BRANCO, E. P.; BRANCO, A. B. de G.; NEVES, M. C. D. Uma análise sobre a reforma do Ensino Médio e a implantação da Base Nacional Comum Curricular no contexto das políticas neoliberais. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v.17, n.4, p. 1711-1738 out./dez. 2019.